



Relatório de Gestão de Riscos

Circular 3.678

Junho de 2016

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Gestão de Negócios.....	3
Cessão de Crédito	3
Securitização de ativos	4
Estratégias de Negócio e <i>Hedge</i>	5
Participações Societárias	5
3. Gerenciamento de Riscos.....	7
4. Risco de Crédito	8
Exposição ao Risco de Crédito	8
Risco de Crédito Potencial.....	11
Controle das exposições ao risco de crédito	12
Garantias.....	12
Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito	14
Recuperação e Cobrança	15
5. Risco de Mercado.....	16
Políticas e Estratégias.....	16
Mapeamento do Risco de Mercado.....	16
Marcação a Mercado	16
Classificação das Operações	17
Risco de Mercado da carteira Trading	17
Risco de Mercado da Carteira Banking.....	19
Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado	20
Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos.....	20
Exposições ao Risco de Mercado.....	20
6. Risco de Liquidez	22
7. Risco Operacional.....	24
8. Gerenciamento de Capital.....	27
Análise Quantitativa.....	28
9. Anexo I	30
10. Anexo II.....	33

1. Introdução

A constituição do Conglomerado Financeiro Original foi aprovada pelo Banco Central do Brasil no dia 31 de agosto de 2011.

O Conglomerado é o resultado da integração entre o Banco JBS S.A., fundado em julho de 2008, com foco no fomento da atividade pecuária brasileira, e o Banco Matone S.A., um banco múltiplo tradicional sediado no estado do Rio Grande do Sul com foco no segmento de crédito consignado, linha de negócio em processo de descontinuidade. Atualmente, estas duas instituições financeiras denominam-se Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A., respectivamente, formando o Conglomerado Financeiro Original.

O Conglomerado Financeiro Original tem diversificado sua estratégia de atuação como banco múltiplo, através do lançamento do 1º banco 100% digital do país para atendimento às pessoas físicas, conjuntamente com o início das atividades do Banco Original SA Grand Cayman Islands Branch. A licença permite operações ativas de comércio exterior em outros empréstimos em moeda estrangeira, além de captações.

Neste cenário, o crescimento financeiro sustentável, bem como o fortalecimento do valor agregado, somente são possíveis através de uma forte cultura de controle dos riscos inerentes às linhas de atividades desta Instituição Financeira.

Objetivando tornar pública as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia e em atendimento à Circular 3.678/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), este relatório apresenta os aspectos qualitativos e quantitativos do gerenciamento de riscos e de capital praticados por este conglomerado.

As estruturas de governança e de alçadas, os processos de monitoramento e as metodologias adotadas, dentre outros aspectos qualitativos, estão descritos neste documento. Em complemento, aborda-se as evoluções das diversas exposições aos riscos, bem como, a evolução do capital regulatório.

O gerenciamento de riscos do Conglomerado Original é realizado de forma consolidada. Desta forma, as informações deste relatório referem-se ao Conglomerado Financeiro, composto pelas instituições financeiras já citadas. O presente relatório possui data base de 30 de junho de 2016.

Este relatório e as demonstrações financeiras da instituição estão publicadas no endereço eletrônico <https://www.original.com.br/>, permitindo de forma conjunta uma análise completa do Conglomerado Financeiro.

A Diretoria do Conglomerado Financeiro Original é responsável pelas informações divulgadas neste documento, assim como pelas políticas citadas.

2. Gestão de Negócios

O Conglomerado Original oferta em seu portfólio produtos que visam: o financiamento da cadeia produtiva do agronegócio; empréstimos de capital de giro, financiamento à atividade produtiva e derivativos, voltados à proteção, para grandes e médias empresas; e recentemente, lança o primeiro banco brasileiro 100% digital para atendimento às pessoas físicas em todo o território nacional.

O Conglomerado condiciona a aquisição de ativos financeiros às mesmas políticas, governança e rigor de análise de risco aplicados à originação de sua carteira própria, pautando sua decisão na qualidade creditícia dos devedores e a idoneidade dos cedentes. Estas aquisições têm por objetivo usufruir de boas oportunidades de rentabilização do capital da instituição, aumentar a diversificação da carteira de crédito, e atender a demanda de clientes. Por sua vez, a venda e transferência de ativos financeiros geralmente têm por objetivos atender a demanda de clientes e/ou gerir o risco do portfólio do conglomerado.

Adicionalmente às equipes comerciais, a Instituição conta com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária e uma Mesa Clientes. Esta última, para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva às suas contrapartes.

Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a decisão da direção da Instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Necessidade de financiamento (*funding*) da instituição;
- (2) Redução da exposição em certo cliente ou ramo de atividade, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (3) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (4) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da instituição; e
- (5) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras.

O Conglomerado liquidou no quarto trimestre de 2015 as cessões de crédito consignado com retenção substancial de risco, registradas em conta de compensação. Os créditos do segmento corporate cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras, por sua vez, foram quitados no primeiro trimestre de 2016.

No segundo trimestre deste ano, foi realizada nova cessão de créditos vencidos à Holding J&F conforme demonstra o quadro abaixo:

Saldo cessão com retenção substancial riscos e benefícios					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Registrado em contas de compensação	0	0	0	19	154
Instituições Financeiras	0	0	0	19	154
Registrado em conta do ativo	0	0	2.090	14.500	42.092
Instituições Financeiras	0	0	2.090	14.500	42.092

Fluxo cessões com transferência dos riscos e benefícios					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Fluxo Cessão s/ coobrigação	110.939	0	17.282	17.282	17.282
Holding	110.939	0	17.282	17.282	17.282

No segundo trimestre de 2016, seguindo sua estratégia de diversificação e crescimento do portfólio de crédito, o Conglomerado aumentou sua carteira de direitos creditórios adquiridos em aproximadamente R\$ 240 MM, conforme apresenta o quadro abaixo:

Saldo exposições adquiridas					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Exposições sem coobrigação	1.741.227	1.501.077	1.318.883	749.525	462.052
Empresas não financeiras	1.741.227	1.501.077	1.318.883	749.525	462.052

O Conglomerado não possui exposições cedidas sem transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios, tão pouco exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo.

Securitização de ativos

Geralmente, a securitização passa pelos seguintes estágios:

- (1) Originação de créditos ou de títulos e valores mobiliários;
- (2) Cessão dos créditos ou títulos e valores mobiliários; e
- (3) Emissão de títulos e valores mobiliários que podem assumir a forma de quotas, certificados ou títulos, com expressa vinculação aos créditos ou títulos e valores mobiliários adquiridos.

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. A securitização pode ser feita com venda direcionada a um investidor final (oferta privada) ou a um grupo de investidores (oferta pública).

Atualmente, a carteira de ativos provenientes de processo de securitização restringe-se a cotas de classe subordinada de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreado em créditos de financiamentos imobiliários. Não foram realizadas novas operações de securitização nos últimos anos.

O quadro abaixo demonstra os saldos referentes à securitização, que segue em *runoff*.

Valor total das exposições securitizadas					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Certificado Recebíveis Imobiliários	2.840	3.078	3.037	3.250	3.233
<i>Lastro: Financiamento Imobiliários</i>	2.840	3.078	3.037	3.250	3.233
Cota Subordinada	2.840	3.078	3.037	3.250	3.233

Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas à atividade operacional do Conglomerado podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas cujo escopo não seja o de administração. Para a mitigação destas exposições, em linha com a estratégia de negócios da instituição, a Tesouraria detem o mandato de gestão, realizando o respectivo *hedge* quando necessário.

A Tesouraria também realiza a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado), utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções. Eles podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão, e terem um ou mais indexadores. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. A instituição não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).

A área de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento e controles dos limites de risco de mercado da instituição.

Participações Societárias

As participações permanentes em outras empresas são contabilizadas pelo valor patrimonial (método de equivalência patrimonial – MEP). Os resultados são registrados em contas de receita/despesa de participações em coligadas e controladas. A contabilidade das participações é elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e BACEN.

Atualmente, todas as participações societárias do Conglomerado são detidas por razões estratégicas, visando ganhos de sinergia e de complementaridade aos negócios do conglomerado. Seguem abaixo estas participações:

Participações Societárias		
Empresa participada	Ramo / Atividade	Tipo Capital
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	Capital fechado
Original App Ltda.	Desenvolvimento / Teleatendimento / Prestação de serviços de crédito	Capital fechado
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira / Fundos	Capital fechado
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	Capital fechado
Picpay Serviços S.A.	Intermediação de Pagamentos	Capital fechado

Seguem abaixo os valores contábeis e o requerimento de capital (RWACPAD) das participações societárias:

Valor contábil e requerimento de capital das Participações Societárias					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	100	100	100	100
Original App Ltda.	3.208	347	413	354	345
Original Asset Management Ltda.	60.320	59.684	55.019	54.238	52.425
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	880	1.143	1.120	1.092	1.059
Picpay Serviços S.A.	8.386	8.729	8.992	5.500	0
Requerimento de Capital	7.654	7.350	7.221	6.741	5.932

Os ganhos e perdas reconhecidos são considerados na apuração do capital principal pela utilização das contas contábeis de resultado. Segue tabela com os ganhos e perdas referentes a participações societárias:

Ganhos / Perdas das Participações Societárias					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Decorente de venda ou liquidação da participação	0	0	0	0	0
Não realizados, mas reconhecidos	107	143	909	333	1.423
Não realizados e não reconhecidos	0	0	0	0	0

3. Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permite um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado Financeiro.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesse e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência da identificação, mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para consulta.

O Conglomerado Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados, durante processos de liquidação.

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou devido a redução de ganhos ou remunerações previstas, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Monitora também os possíveis efeitos de alterações no cenário econômico sobre a carteira de crédito do Banco.

Risco de Liquidez: possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Controla a aplicação do caixa da instituição em relação a constituição de posições ilíquidas ou desvantajosas, devido a situações de descontinuidade do mercado ou tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado do instrumento ou da contraparte.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

4. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo.

A Diretoria do Conglomerado Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco, assim como a política de risco de crédito. Neste contexto governacional, é função da área de Riscos monitorar, analisar e gerar indicadores, controlando a exposição ao risco de crédito da Instituição, de forma independente das áreas de negócios, reportando a alta administração possíveis desvios, ademais de estipular as reservas financeiras prudenciais necessárias.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo, demonstra os valores das exposições totais e médias no trimestre do Conglomerado ao risco de crédito segmentadas por tipo de exposição. Nota-se uma ligeira retração na carteira de crédito ao final do trimestre, face o cenário macroeconômico adverso, que resultou em um ajuste no apetite de risco do banco.

Exposições no trimestre										
R\$ mil	2ºT /2016	1ºT /2016	4ºT /2015	3ºT /2015	2ºT /2015	2T Média	1T Média	4T Média	3T Média	2T Média
Pessoa Física	790.704	738.606	749.327	758.042	630.191	774.374	746.346	723.332	717.397	602.328
Avais e Fianças	21	-	-	-	-	7	0	0	0	0
Cartão de crédito	19.918	7.870	4.879	1.402	294	14.885	6.557	3.477	887	164
Consignado	2.834	4.362	6.256	8.509	11.335	3.289	4.994	6.979	9.435	12.400
Crédito Rural	176.948	161.635	167.920	193.442	188.170	167.518	159.240	170.128	191.385	172.980
Imobiliário	3.549	3.843	4.464	4.601	4.730	3.612	3.973	4.536	4.644	4.927
Importação e Exportação	340.810	441.374	479.912	514.992	417.593	379.328	466.932	470.989	487.248	404.440
Limites não utilizados	211.089	112.333	73.217	32.442	5.970	174.328	95.919	60.659	21.327	4.732
Recebíveis	19.878	3.335	8.740	208	35	16.681	4.798	2.984	160	50
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	15.658	3.854	3.940	2.445	2.064	14.725	3.932	3.581	2.310	2.635
Pessoa Jurídica	3.807.659	3.666.880	3.778.297	3.212.567	2.641.078	3.620.258	3.636.002	3.492.394	3.030.968	2.400.973
Avais e Fianças	215.628	246.039	309.331	298.722	286.074	225.744	241.725	308.733	297.621	261.592
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	860.000	917.557	1.042.723	966.714	961.341	836.890	953.318	1.047.659	949.432	875.532
Crédito Rural	233.884	269.160	282.172	244.066	206.215	225.958	275.478	268.850	236.102	205.379
Importação e Exportação	568.560	611.767	680.845	782.032	578.774	595.062	638.320	686.668	721.822	575.856
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	28.244	4.958	28.830	27.648	6.371	26.659	14.832	21.731	13.753	5.647
Recebíveis	1.814.771	1.546.092	1.371.045	809.465	501.436	1.629.464	1.447.957	1.087.106	726.035	380.939
Demais Produtos	86.573	71.307	63.352	83.921	100.866	80.481	64.373	71.646	86.201	96.028
TOTAL	4.598.363	4.405.486	4.527.625	3.970.608	3.271.269	4.394.632	4.382.348	4.215.726	3.748.364	3.003.302

Em linha com a estratégia de lançamento do Banco de Varejo, cujo objetivo é o atendimento 100% digital de clientes pessoa física, percebe-se a evolução da exposição no produto cartões de crédito, notoriamente utilizado como meio de pagamento. As demais linhas de financiamento às pessoas físicas, concentram-se no atendimento do produtor do agronegócio, segmento historicamente assistido pelo Original.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos valores da parcela de risco de crédito da alocação de capital (RWACPAD), segmentados pelos fatores de ponderação de risco (FPR) conforme definido na Circular 3.644/13.

Para o exercício de 2016, o percentual de exibibilidade de capital definido pelo BACEN foi modificado de 11% para 9,875%. Esse efeito, aliado à retração do apetite ao risco no 2º trimestre do ano, resultou em um crescimento mais lento no valor da parcela de risco de crédito.

Valor parcela RWA_{CPAD} por fator (R\$ mil)					
Fator EPR	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
2%	37	54	100	114	65
20%	9.630	6.669	727	2.584	2.082
35%	110	121	159	142	147
50%	265	249	1.545	1.724	1.904
75%	5.184	2.721	2.396	1.656	970
100%	528.132	492.170	572.340	517.644	421.570
125%	0	0	0	0	0
150%	0	0	0	0	0
250%	20.184	11.706	39.155	40.692	28.279
300%	16.425	18.899	18.584	22.698	18.503
-35%	0	0	0	0	0
-50%	0	0	0	0	0
-100%	0	0	0	0	0
-300%	0	0	0	0	0
CVA	5.952	14.553	8.563	21.206	10.885
RWACPAD	585.919	547.142	643.569	608.461	484.405

O quadro abaixo demonstra a evolução do percentual, em relação a carteira de crédito, da exposição das maiores contrapartes do Conglomerado:

% Maiores exposições das operações de crédito					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
10 maiores clientes	23%	23%	20%	22%	22%
50 maiores clientes	49%	53%	48%	54%	55%
100 maiores clientes	64%	69%	66%	72%	75%

Segue abaixo a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica, cujas operações estão concentradas na região Sudeste, demonstrando o crescimento das linhas de aquisição de ativos financeiros:

(RS mil)	Exposições por regiões geográficas do Brasil									
	Sudeste		Centro-Oeste		Sul		Nordeste		Norte	
	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016
Pessoa Física	213.618	161.426	301.376	335.317	158.534	104.701	114.600	133.063	2.576	4.100
Avais e Fianças	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartão de crédito	18.951	7.823	327	20	348	14	233	11	59	2
Consignado	1.694	1.967	107	133	248	1.077	564	916	221	268
Crédito Rural	47.551	35.064	117.892	112.730	9.481	10.013	0	0	2.024	3.828
Imobiliário	2.769	2.855	0	0	780	988	0	0	0	0
Importação e Exportação	56.804	85.780	171.109	220.453	0	3.048	112.896	132.093	0	0
Limites não utilizados	61.055	22.705	1.347	85	147.601	89.498	832	43	254	2
Recebíveis	11.250	3.333	8.628	2	0	0	0	0	0	0
Veículos e Arrendamento Mercantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Produtos	13.523	1.898	1.966	1.894	76	62	74	0	18	1
Pessoa Jurídica	3.355.506	3.191.837	199.698	238.882	156.477	135.935	48.128	56.880	47.850	43.346
Avais e Fianças	215.628	246.039	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	736.358	797.088	41.107	43.885	45.051	26.373	35.921	43.657	1.563	6.554
Crédito Rural	209.388	235.715	19.133	22.372	1.071	6.859	0	0	4.292	4.213
Importação e Exportação	323.137	338.396	118.642	147.770	72.762	81.814	12.092	11.829	41.926	31.958
Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Limites não utilizados	6.157	4.716	0	0	22.000	0	87	242	0	0
Recebíveis	1.790.622	1.511.469	8.457	12.494	15.593	20.888	28	1.152	69	89
Demais Produtos	74.215	58.414	12.358	12.362	0	0	0	0	0	532
TOTAL	3.569.124	3.353.262	501.074	574.199	315.011	240.636	162.728	189.943	50.426	47.446

Na distribuição das exposições por setor econômico, exibida abaixo, destaca-se o aumento na participação do setor de Serviços na Pessoa Jurídica, fruto da política de aquisição de direitos creditórios.

(RS mil)	Exposições por setores econômicos									
	Agronegócio		Financeiro		Indústria		Serviços		Outros	
	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016
Pessoa Física	548.782	608.207	-	-	-	-	41	132	241.881	130.267
Avais e Fianças	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-
Cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	19.918	7.870
Consignado	-	-	-	-	-	-	-	-	2.834	4.362
Crédito Rural	176.897	161.628	-	-	-	-	-	-	51	6
Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	3.549	3.843
Importação e Exportação	340.810	441.374	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	18	23	-	-	-	-	-	-	211.071	112.310
Recebíveis	19.837	3.203	-	-	-	-	41	132	-	0
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	11.221	1.980	-	-	-	-	-	-	4.437	1.875
Pessoa Jurídica	574.650	640.732	1.805	64.043	1.197.366	1.148.291	2.018.801	1.808.770	15.038	5.044
Avais e Fianças	-	29.190	-	-	185.603	180.456	30.025	36.392	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	67.809	60.055	1.805	64.017	292.756	288.679	492.595	499.762	5.035	5.044
Crédito Rural	96.155	113.074	-	-	137.729	156.086	-	-	-	-
Importação e Exportação	379.919	426.008	-	-	152.281	138.960	36.359	46.799	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	-	-	-	26	2.237	997	16.004	3.936	10.002	-
Recebíveis	30.767	11.873	-	-	340.186	312.338	1.443.818	1.221.881	-	-
Demais Produtos	-	532	-	-	86.573	70.776	-	-	0	0
TOTAL	1.123.432	1.248.939	1.805	64.043	1.197.366	1.148.291	2.018.843	1.808.902	256.918	135.311

A tabela a seguir demonstra a exposição do crédito por prazos, segmentado por tipo de exposição ao risco de crédito, com destaque para o aumento nas exposições de curto prazo nos clientes Pessoa Física, função do aumento da exposição em limites rotativos no Banco de Varejo. Na Pessoa Jurídica, nota-se o mesmo movimento, resultado do crescimento da carteira de direitos creditórios.

(RS mil)	Exposições por Prazos							
	até 6 meses		acima de 6 meses até 1 ano		acima de 1 ano até 5 anos		acima de 5 anos	
	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016
Pessoa Física	404.876	292.071	114.329	97.199	267.975	345.018	3.524	4.318
Avais e Fianças	-	-	-	-	21	-	-	-
Cartão de crédito	17.126	6.598	2.752	1.253	40	20	-	-
Consignado	634	586	580	1.030	1.602	2.206	18	540
Crédito Rural	66.872	55.733	64.271	42.199	45.804	63.702	-	-
Imobiliário	-	3	22	37	21	25	3.506	3.779
Importação e Exportação	83.333	110.070	46.537	52.680	210.939	278.624	-	-
Limites não utilizados	211.089	112.333	-	-	-	-	-	-
Recebíveis	19.878	3.335	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	5.944	3.412	166	-	9.547	442	-	-
Pessoa Jurídica	2.291.304	2.153.225	286.488	369.096	911.929	917.335	317.938	227.224
Avais e Fianças	27.829	43.366	20.028	33.796	3.080	3.449	164.691	165.429
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	290.004	400.371	155.449	146.402	407.195	363.014	7.353	7.769
Crédito Rural	65.543	35.074	4.292	70.130	164.050	163.956	-	-
Importação e Exportação	267.076	328.644	68.661	76.229	139.379	206.894	93.444	-
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	28.244	4.958	-	-	-	-	-	-
Recebíveis	1.603.634	1.329.592	30.267	30.436	128.419	132.036	52.450	54.027
Demais Produtos	8.975	11.220	7.791	12.103	69.807	47.985	-	-
TOTAL	2.696.180	2.445.296	400.817	466.295	1.179.904	1.262.352	321.462	231.543

Risco de Crédito Potencial

Trata-se como Risco de Crédito Potencial (RCP) os casos onde o cliente é a contraparte do banco em operações cujo potencial de perda de crédito está associado às flutuações dos preços de mercado, a exemplo dos derivativos, dos contratos com exposição cambial e das compromissadas, dentre outros.

De forma geral, a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre a evolução de retornos do ativo subjacente da operação em foco. Assim, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança pré determinado, pode-se estimar o risco de crédito potencial desta operação. Para fins de apuração do risco de crédito de uma determinada contraparte, soma-se ao seu Risco de Crédito Potencial (RCP) à respectiva posição de seus demais contratos de crédito.

Abaixo, são apresentadas as informações relativas ao valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial, segregando os tipos de ativos e a existência de garantias.

Valor Nominal - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Contratos com câmara central atuando como contraparte	5.872.526	4.168.264	10.931.979	24.750.485	19.020.091
<i>Derivativos</i>	5.872.526	4.168.264	10.931.979	24.750.485	19.020.091
Contratos sem câmara atuando como contraparte central	2.121.698	4.591.675	3.958.531	4.584.846	3.297.779
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	0	0	0	0	0
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	1.132.829	3.988.968	3.370.990	4.255.144	2.527.936
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	988.869	602.707	587.541	329.702	769.843
Total	7.994.224	8.759.939	14.890.510	29.335.330	22.317.870

Nos últimos trimestres houve redução da posição de derivativos da Instituição realizadas em câmara central, devido a expectativa de alterações na taxa básica de juros pelo Banco Central.

O quadro abaixo traz informações sobre os valores a receber das operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte:

Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Valor Positivo Bruto	1.068.731	746.942	631.262	445.730	815.641
<i>Derivativos</i>	79.751	144.234	43.721	115.851	44.418
<i>Compromissadas</i>	988.979	602.709	587.541	329.879	771.223
(-) Acordo de compensação	0	0	0	0	0
(-) Valor positivo colaterais	(988.869)	(602.707)	(587.541)	(328.925)	(767.707)
<i>Compromissadas</i>	(988.869)	(602.707)	(587.541)	(328.925)	(767.707)
Exposição Global Líquida	79.862	144.236	43.721	116.805	47.934

Controle das exposições ao risco de crédito

A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, tanto no âmbito global de sua carteira, como individualmente, avaliando as contraparte de suas operações de crédito. A atuação nestas duas frentes de forma coordenada, garante a adequação do risco de crédito dentro do apetite definido pela alta administração.

São controlados periodicamente a evolução dos índices de concentração do portfólio pelos maiores devedores, por classificação de crédito da contraparte, por quantidade de dias de atraso, por maturidade das operações, além dos índices de suficiência de provisões frente a exposição de risco, dentre outros. Desvios ou evoluções que gerem aumento nos indicadores de risco são reportados à Diretoria, sendo prerrogativa da instituição adotar ações corretivas ou estratégias de saída de risco, quando cabível.

Por sua vez, a Diretoria de Crédito pauta sua atuação segundo limites máximos de exposição por linha de negócio e ramo de atuação estabelecidos pelo Comitê de Diretoria, aprovados e divulgados em suas políticas.

É responsabilidade da equipe de crédito determinar para cada contraparte da instituição a máxima exposição de crédito aceitável, segundo critérios pré-estabelecidos: de qualidade creditícia do cliente, de capacidade financeira de repagamento dos empréstimos e de adequação das linhas de financiamento, respeitando os limites máximos por cliente e grupo estipulados pelos normativos do BACEN, em especial pela Resolução 2.844/2001.

A seu jugamento, a Diretoria de Crédito, pode solicitar adequações de prazo e de linhas de financiamento, bem como, determinar condicionantes à concessão de crédito, além da associação de garantias colaterais, visando adequar as operações de crédito ao apetite de risco estabelecido pela Instituição. Suas decisões respeitam as alçadas concedidas pelo Comitê de Diretoria, sendo os maiores desembolsos encaminhados para aprovação neste fórum.

De forma recorrente são analisados o comportamento do portfólio frente a simulações de estresse econômico, possibilitando a antecipação de ações corretivas e definindo pontos de atenção para acompanhamento.

Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As garantias são requisitadas de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. Na maioria dos casos, o tipo de garantia

solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito

O processo de análise de crédito verifica quantitativamente e qualitativamente as garantias propostas, deliberando sobre sua aprovação ou reprovação, bem como sua suficiência ou insuficiência frente ao risco de crédito potencial.

Em linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de crédito as quais estão vinculadas. De mesma maneira, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos de atuação.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

Como política da instituição, normalmente, são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos de processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada.

Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem. O valor das garantias é reestimado periodicamente em função dos fatores acima observados e das variações do mercado.

A tabela abaixo traz o valor das garantias recebidas que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- b) tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- c) estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
- d) estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Valor das Garantias Recebidas - R\$ (mil)					
Garantia	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Títulos públicos federais	968.149	614.563	593.539	248.942	537.975
Recursos financeiros (Reais)	50.001	20.699	-	80.000	234.901

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.644/13), a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco.

Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo, a tabela com as exposições mitigadas para fins de alocação de capital na parcela de risco de crédito (RWACPAD) segundo a Circular 3.644/13.

Valor mitigado por instrumento - R\$ (mil)							
Operação	FPR	Mitigador	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	938.868	582.007	587.541	248.925	537.975
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	50.001	20.699	-	80.000	234.901

Ademais da apuração do capital regulatório, a instituição percebe as garantias recebidas como um mitigador de risco na estimativa da provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Segundo a probabilidade inferida de sucesso na tomada das garantias a favor da instituição, seu valor em um cenário de venda forçada ou estresse de mercado e os custos incorridos durante o processo de retomada e liquidação, estima-se o valor financeiro potencial das garantias associadas.

Caso o valor apurado seja representativo frente à exposição de risco da contraparte, a Instituição tem a prerrogativa, dentro de regras aprovadas pelo Comitê de Diretoria, de melhorar a classificação de risco das operações de crédito, desde que as mesmas estejam em dia.

Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito

As tabelas abaixo trazem o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de vencimento, por regiões geográficas do Brasil, e após por setor econômico.

Montante das operações em atraso por Região e Setor										
(R\$ mil)	atraso entre 15 e 60 dias		atraso entre 61 e 90 dias		atraso entre 91 e 180 dias		atraso entre 181 e 360 dias		atraso acima de 360 dias	
	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016
Região	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016
Centro-Oeste	93.187	29.166	8.613	115	7.913	55	122	6.983	-	8
Nordeste	44.031	116	38	24	61	359	462	154	1	0
Norte	17.967	14.159	6	20	65	36	47	55	3	4
Sudeste	31.240	197.270	3.540	12.977	31.476	12.117	5.942	8.926	456	1.235
Sul	31	44	5	11	81	9.466	756	3.371	-	-
Total	186.456	240.756	12.202	13.146	39.596	22.033	7.329	19.491	460	1.247
Setor	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016	2ºT / 2016	1ºT / 2016
Agronegócio	143.722	48.199	8.798	96	7.889	17.723	609	13.234	-	-
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	23.156	118.737	-	6	3.119	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	17.967	72.116	3.038	12.752	26.919	2.547	5.587	4.912	-	1.079
Pessoa Física	1.611	1.704	366	293	1.668	1.763	1.133	1.344	460	167
Total	186.456	240.756	12.202	13.146	39.596	22.033	7.329	19.491	460	1.247

Como resultado da redução ao apetite a risco da Instituição, nota-se uma retração do volume total dos atrasos. A inadimplência entre 15 e 60 dias no Agronegócio referente a ajustes no fluxo de repagamento de casos pontuais, gerenciados individualmente.

A tabela abaixo traz o montante de provisões para perdas relativas às exposições de crédito, segmentado por setor econômico, discriminando os valores adicionados e os subtraídos no trimestre, cujo saldo manteve-se praticamente inalterado nos dois últimos períodos analisados.

(R\$ mil)	Montante provisões para perdas relativas às exposições					
	2º T / 2016			1º T / 2016		
Setor	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão
Agronegócio	26.784	43.398	55.727	40.602	25.967	72.341
Financeiro	-	312	10			
Indústria	6.314	4.100	12.139	4.663	55.070	9.926
Serviços	20.766	11.573	28.945	11.692	9.771	19.752
Pessoa Física	1.149	1.146	3.157	887	677	3.155
Outros	-	0	51	3	52	373
Total	55.014	60.530	100.030	57.848	91.536	105.546

A tabela seguinte demonstra o fluxo de operações baixadas para prejuízo por trimestre, segmentado por setor econômico. Destaca-se a baixa à prejuízo do único crédito em carteira relacionado a operação Lavajato, realizada no trimestre passado. As baixas informadas no setor da pessoa física provêm de produtores rurais.

Operações baixadas para prejuízo (R\$ mil)					
Setor	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Agronegócio	11.289	4.853	4.418	4.618	2.042
Financeiro	-	-	-	-	-
Indústria	-	53.593	-	-	2.111
Outros	-	-	-	-	-
Serviços	1.748	1.994	-	-	-
Pessoa Física	6.270	403	487	572	898
Total	19.307	60.843	4.905	5.190	5.051

Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas à inadimplência, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. As ações da recuperação de crédito seguem regras formalizadas em normativos internos para cada tipo de modalidade de crédito e garantia associada.

As ações de cobrança compreendem: o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), reestruturação dos contratos, chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida ou tomada das garantias.

5. Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pela instituição no controle do risco de mercado, bem como informações da carteira ao longo dos últimos trimestres.

Políticas e Estratégias

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela área de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Gestão de Risco de Mercado. Esta política é aprovada pelo Comitê de Diretoria e consolida as definições, diretrizes e responsabilidades de fóruns e áreas envolvidas para que sejam estabelecidas as práticas de gerenciamento do risco de mercado. O detalhamento das principais atribuições e processos relacionados ao monitoramento e controle do risco de mercado são descritas a seguir.

Mapeamento do Risco de Mercado

O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:

- (1) Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto;
- (2) Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e
- (3) Tratamento específico destinado às opções e produtos que contenha cláusulas de opcionalidades ou barreiras.

Cabe a área de Riscos a operacionalização e o reporte do mapeamento de risco de mercado.

Marcação a Mercado

O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelo seu valor real, isto é, pelo valor que hipoteticamente seria transacionado no mercado. Este processo é função das taxas e preços observados nos mercados, dos cálculos segundo composição de insumos coletados no mercado ou modelos de aproximação.

Para os instrumentos pertinentes ao processo, existem três situações possíveis quanto ao seu modelo de marcação a mercado:

- **Tipo I:** Há informação de preço observado e disponível no mercado;

- **Tipo II:** O preço do ativo não é observado. Neste caso a precificação utiliza os fatores de risco observados;
- **Tipo III:** Não há informação de preço e nem dos seus insumos, sendo que seu modelo é teórico (Marcação a Modelo).

A área de risco de mercado é responsável pela proposta e revisão dos modelos de marcação a mercado da instituição. A área de Finanças, por sua vez, garante a aderência dos modelos às regras do IFRS. Por modelo de marcação a mercado estão incluídos dois aspectos:

- Definição da coleção de insumos (preços, curvas e superfícies de volatilidade) necessários;
- Metodologia de cálculo a ser aplicada.

A aprovação dos modelos de marcação a mercado é de alçada do Comitê de Gestão de Riscos e Capital.

Classificação das Operações

Conforme disposto na Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*). As posições com as quais há intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da instituição.

Na carteira da instituição não há depósitos a prazo sem data de vencimento e os riscos derivados das liquidações antecipadas de empréstimos são tratados de acordo com as políticas de *hedge*.

Risco de Mercado da carteira Trading

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de identificação e mensuração do risco de mercado, monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se a alocação de capital, segundo os modelos padronizados regulamentados pelo Banco Central do Brasil, referente aos riscos de mercado de juros, cupom de moedas, cupom de índices de preços, cupom de outras taxas, *commodities*, câmbio e de ações.

Seguindo a estrutura de governança do processo de monitoramento e controle do risco de mercado, os limites são definidos pelo Comitê de Diretoria. A área de risco de mercado tem o mandato de controlar estes limites e, em caso de um evento de desenquadramento, a área de Tesouraria e o Comitê de Diretoria são tempestivamente informados.

a) Valor em Risco (VaR)

O monitoramento do *VaR* é uma ferramenta relevante no controle do risco de mercado da tesouraria. Utiliza-se como metodologia o modelo paramétrico, com 99,9% de intervalo de confiança, volatilidade EWMA com 126 amostras e *lambda* de 0,94. O *holding period (hp)* é função dos dias necessários para liquidação da posição, levando-se em conta o tamanho da posição detida pelo banco e a liquidez de mercado do instrumento.

A manutenção e proposta de novas metodologias de controle desta métrica é responsabilidade da área de risco de mercado. As alterações devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital.

Respeitando a estrutura de negócios definido na política interna de risco de mercado, as mesas pertencentes à carteira *trading* estão sujeitas aos limites de exposição de *VaR*. Estes limites são definidos de acordo com o apetite a risco da Instituição, sendo o fórum de deliberação o Comitê de Diretoria.

A área de risco de mercado monitora e controla, para cada estrutura, o consumo de *VaR* vis a vis seu limite. Diariamente, realiza o monitoramento e controle através de relatórios enviados para a área de Tesouraria. Se extrapolado um limite, o fato é reportado tempestivamente ao Comitê de Diretoria para definição das ações corretivas.

b) Teste de Estresse

Os cenários de estresse são representações de condições atípicas de mercado que podem eventualmente resultar em perdas econômicas não contempladas pelo *VaR*.

O Comitê de Gestão de Riscos e Capital define os cenários de estresse válidos para apuração dos testes de estresse. A definição destes cenários ocorre de forma colegiada pelo comitê, que realiza sua decisão baseada em percepções das áreas de economia, tesouraria, riscos e modelos estatísticos. Cada um desses cenários é descrito através um conjunto de curvas, representando o nível dos preços de mercado a serem verificados no curto prazo.

Os cenários aprovados pelo Comitê são vigentes até que seja realizada uma reavaliação das condições de estresse, que ocorrem regularmente a cada mês ou em caráter extraordinário sempre que houver alterações nos fundamentos macroeconômicos que pautaram a decisão.

As curvas definidas como cenários de estresse são utilizadas pela área de Risco no controle de risco em condições extremas de mercado. Diariamente, as carteiras citadas acima são marcadas a mercado utilizando-se as curvas definidas em cada um dos três cenários de estresse. O teste de estresse é o resultado da pior perda financeira decorrente da marcação a mercado da posição em cada um dos cenários de estresse vis a vis a marcação a mercado da curva real.

Uma vez que o *Stess Test* limite atingir o limite, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente ao Comitê de Diretoria para deliberação de ações e estratégias corretivas.

c) Stop Loss

A medida de *Stop Loss* consiste na máxima perda financeira aceitável de uma determinada carteira em uma janela de tempo.

A Mesa Proprietária tem definido um limite para perdas em uma janela determinada de tempo. Diariamente a área de risco de mercado afere o P&L (resultado) acumulado de cada portfólio dentro desta mesma janela de tempo. Esta conferência é reportada à área de tesouraria através de relatórios.

O P&L acumulado, se negativo, é comparado à medida de *Stop Loss*. Se constatado que o resultado negativo atingiu o limite, a área de risco de mercado deve informar o fato tempestivamente ao Comitê de Diretoria para deliberação.

Risco de Mercado da Carteira Banking

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação (*banking*) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. O Conglomerado utiliza para a apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros uma metodologia pautada nas recomendações de Basileia.

O risco da taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo de taxas de juros. Embora este risco seja uma importante fonte de lucratividade, sua exposição excessiva pode ser uma ameaça à receita e ao capital do banco. Mudanças nas taxas de juros afetam a receita da instituição, bem como modifica o valor dos ativos, passivos e instrumentos *off-balance* (*hedge* com derivativos) devido à mudança de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro da disposição da instituição em incorrer esses riscos é essencial para sua segurança e solidez.

As etapas para esta quantificação são:

- Apuração da exposição por fator de risco do portfólio;
- Cálculo das curvas associadas aos fatores de risco com choques paralelos e rotacionais de alta e baixa seguindo diretrizes do BIS¹;
- Cálculo da variação das posições usando as curvas com *bump* para cada fator de risco nos cenários descritos acima;
- Somatória das máximas perdas entre os cenários obtidos por fator de risco.

A área de risco de mercado é responsável pelas propostas de modelos e parâmetros a serem utilizados nesta análise. O modelo e seus parâmetros devem ser deliberados e aprovados pelo Comitê de Diretoria que também é responsável pela deliberação dos limites e níveis de alerta para gestão do risco de taxa de juros do *banking book*.

Definidos a métrica, parâmetros e limites, a área de risco realiza o cálculo do risco de taxa de juros (RBAN) reportando o resultado através de relatórios para a Tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente ao Comitê de Diretoria.

Na instituição não há carteira relevante de depósitos sem data de vencimento definido, nem volume de investimento relevante em participações societárias.

Seguem abaixo as tabelas com os impactos de choques nas taxas de juros nas operações não classificadas na carteira de negociação (carteira *banking*). Primeiramente a estimativa de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas curvas de juros.

Ganhos /Perdas - Percentil Histórico					
R\$ (mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Taxa de Juros Prefixadas					
1º Percentil	(7.462)	(1.745)	(54.715)	(8.122)	(5.265)
99º Percentil	7.456	1.257	45.346	7.026	4.298

¹ <http://www.bis.org/bcbs/publ/d368.pdf>

A relativa elevação do nível de risco de taxa de juros da carteira *banking* é resultado do descasamento de indexadores entre a carteira de empréstimo e de captação.

Destaca-se que a baixa exposição do risco de taxa de juros do *banking book* torna a análise do efeito de choques paralelos na estrutura a termo de taxa de juros frente à base de capital da Instituição pouco relevante.

Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo, inclui-se o *backtesting*, que tem o objetivo verificar a precisão dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.

O processo e os parâmetros dos testes de avaliação são aprovados pela alta administração. Estes testes são aplicados, no mínimo anualmente pela área de Riscos, e os resultados reportados para a diretoria.

Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da instituição passa pelo crivo da área de Riscos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de controle de risco.

Exposições ao Risco de Mercado

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões), com destaque para a redução da posição com derivativos com contraparte central nos fatores de risco taxa juros e câmbio:

Carteira de Negociação - Câmbio					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	618	2.271	3.175	3.724	2.203
Vendido	617	2.231	3.117	3.717	2.191
Líquido	1	40	58	7	12

Carteira de Negociação - Commodities					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	0	0	0	3	4
Vendido	0	0	0	3	4
Líquido	0	0	0	0	0

Carteira de Negociação - Taxas de Juros					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	5.237	11.160	9.608	22.582	18.337
Vendido	936	4.028	4.522	3.819	2.306
Líquido	4.302	7.133	5.087	18.763	16.031

Carteira de Negociação - Ações					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	54	59	67	91	89
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	54	59	67	91	89

A instituição utiliza instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias. As duas próximas tabelas demonstram as exposições em derivativos no Brasil no final do segundo trimestre de 2016, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações.

Primeiramente, listam-se as exposições com contraparte central, em valor nominal (em R\$ milhões):

Derivativos com Contraparte Central - Câmbio					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	130	1.461	2.177	2.495	1.677
Vendido	631	857	1.182	968	744
Líquido	(501)	604	995	1.528	933

Derivativos com Contraparte Central - Commodities					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	0	0	0	3	4
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	3	4

Derivativos com Contraparte Central - Taxas de Juros					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	5.626	8.059	7.665	19.523	16.257
Vendido	1.102	2.303	4.502	3.924	2.333
Líquido	4.524	5.756	3.162	15.599	13.923

Derivativos com Contraparte Central - Ações					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0

E a seguir, as exposições com derivativos sem contraparte central (em R\$ milhões):

Derivativos sem Contraparte Central - Câmbio					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	740	865	1.068	1.425	879
Vendido	511	1.964	2.626	3.397	2.174
Líquido	229	(1.100)	(1.558)	(1.972)	(1.295)

Derivativos sem Contraparte Central - Commodities					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	3	4
Líquido	0	0	0	(3)	(4)

Derivativos sem Contraparte Central - Taxas de Juros					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	581	2.020	2.546	3.040	2.065
Vendido	871	947	1.006	941	753
Líquido	(289)	1.073	1.540	2.099	1.313

Derivativos sem Contraparte Central - Ações					
	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0

6. Risco de Liquidez

O Conglomerado Original tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela alta administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basiléia.

Seguindo a governança estabelecida, a definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade e alçada do Comitê de Diretoria.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a alta administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

A diretoria, fundamentada pelas informações quantitativas em associação às estratégias de crescimento da instituição, baliza as políticas de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são detalhadas nos itens a seguir:

Fluxo de Caixa

A apuração do fluxo de caixa é realizada diariamente a partir da consolidação de informações acerca do portfólio da Instituição. Utiliza-se neste fluxo um horizonte temporal de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Para os fluxos, são considerados os diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos esperados que impactem na liquidez da instituição como: a inadimplência, renovações de operações, crescimento do portfólio de crédito, etc.

O saldo líquido diário é apurado a partir da diferença entre as entradas e as saídas de caixa. Com o acúmulo do saldo diário líquido constroi-se o saldo acumulado, refletindo a expectativa de recursos disponíveis da instituição para cada data.

São identificados possíveis descasamentos ou concentrações no fluxo que possam comprometer a capacidade financeira da Instituição. Estes descasamentos são monitorados pela Área de Riscos, que acionará os responsáveis pela gestão da carteira para a tomada de providências, conforme cada mandato.

Teste de Estresse

A análise do risco de liquidez é complementada com testes de estresse, que estimam os efeitos de eventos severos ou situações extremas das condições econômico-financeiras, na liquidez da instituição.

Os cenários adversos de liquidez consideram, entre outros fatores, a redução de recursos captados, a dificuldade de acesso a novos recursos e a restrição da liquidação financeira dos ativos pelas contrapartes. Por sua vez, os cenários de choques nos fatores de riscos levam em conta: a alteração nos valores das variáveis macroeconômicas, dos preços dos ativos e das taxas de juros, assim como, à desvalorização dos ativos líquidos, segundo a perspectiva do país e de projeções por modelos probabilísticos.

A área de riscos realiza o monitoramento da liquidez nestes cenários e reporta seus resultados tanto para a área de Tesouraria, como para os diretores responsáveis pelas áreas de Risco e de Captação.

Índices de Liquidez

Adicionalmente às análises e projeções de fluxo de caixa, são monitorados índices que quantificam os perfis de liquidez da instituição. Considerando os conceitos regulatórios advindos do Comitê de Basileia, é mensurado o índice de liquidez de curto prazo (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR), assim como os índices que avaliam a concentração dos fluxos de caixa, os instrumentos financeiros, os produtos tomados, a natureza dos credores e a qualidade das contrapartes.

De acordo com o apetite a risco de liquidez da instituição, o Comitê de Gestão de Riscos e Capital define quais os índices de liquidez devem possuir limites máximos de exposição, bem como quais os respectivos níveis de alerta para a adoção de estratégias corretivas.

O cálculo dos índices é realizado a partir da projeção do fluxo de caixa. Este fluxo é estimado tanto em um cenário esperado como em um cenário de *stress* de liquidez. Cabe a área de risco de liquidez o monitoramento e o reporte destes índices para a Tesouraria e para os diretores responsáveis pelas áreas de Risco e de Captação.

Uma vez detectada a inobservância de ações corretivas dado o atingimento dos níveis de alerta, a área de risco de liquidez comunica tempestivamente o fato ao Comitê de Diretoria.

Caixa Mínimo

O controle de caixa mínimo consiste no monitoramento da disponibilidade do caixa da instituição vis a vis a necessidade de recursos financeiros programada. Para tal o Comitê de Gestão de Risco e Capital determina uma lista de instrumentos passíveis de serem classificados como ativos líquidos, definindo preventivamente e quando for pertinente, descontos nos valores de face destes instrumentos (*haircut*), frente uma possível desvalorização no momento de sua negociação.

O caixa mínimo consiste, portanto, na manutenção de um saldo em caixa, composto por ativos líquidos, suficiente para honrar os compromissos financeiros do Conglomerado por um determinado período de tempo, tanto em um cenário esperado como em uma situação de estresse.

Diariamente, a área de risco de liquidez monitora o valor dos ativos líquidos (caixa) e o compara com o nível mínimo, acima definido, reportando as informações sobre a composição do caixa, de seu saldo estimado e a projeção do seu movimento são à Tesouraria e aos diretores de Risco e de Captação. Se observado um nível de caixa inferior ao caixa mínimo, todos os membros do Comitê de Gestão de Risco e Capital são informados tempestivamente para a definição das ações corretivas a serem tomadas.

Periodicamente, os parâmetros que definem o saldo do caixa mínimo e o período pelo qual esta reserva deve suprir os compromissos financeiros da instituição são reavaliados pelo Comitê.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez é um documento, com revisão anual, que contém a estratégia adotada pelo Conglomerado para fazer frente à uma eventual insuficiência de caixa em situações de crise de liquidez para diferentes horizontes de tempo, inclusive no *intraday*.

7. Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a própria Resolução 3.380/06, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos.

Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos processos;
- Matriz de riscos e de controles;
- Testes de controles;
- Sistema de cadastramento de ocorrências de Risco Operacional; e
- Base de dados de perdas operacionais (em elaboração).

A qualidade do processo de reporte e gestão do risco operacional é um fator determinante para um adequado sistema de análise de riscos e definição de controles, uma vez que permite atuação tempestiva da instituição com decisões equilibradas, evitando desperdícios de recursos ou perdas associadas ao risco operacional.

O gerenciamento do risco operacional no Conglomerado Original é suportado por uma governança estruturada através de fóruns colegiados específicos, definidos conforme o nível de risco percebido.

Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional (RWAOPAD), o Conglomerado Original utiliza a abordagem do Indicador Básico, conforme Circular 3.640/13, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

Comitê de Diretoria do Conglomerado

- Estabelecer diretrizes dos negócios, aprovando e revisando, no mínimo anualmente, a política de risco operacional.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos aos quais o Conglomerado está exposto;
- Discutir e decidir questões técnicas, processuais e operacionais; e
- Coordenar a implantação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.

Comitê Independente de Auditoria

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à diretoria da instituição, correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de suas atribuições.
- Acompanhamento das melhorias recomendadas pela Auditoria Interna.
- Aprovar o Plano de Auditoria da instituição.

Área de Segurança da Informação

- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar as condições de continuidade das atividades, limitando potenciais graves perdas, decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção da operação;
- Gerir o processo de comunicação e informação no que tange à segurança dos dados internos à instituição; e
- Manter a segurança e a privacidade da informação particular ao Conglomerado.

Área de Risco Operacional

- Implantar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados ao controle do Risco Operacional;
- Manter a diretoria da instituição e demais responsáveis plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar as ações mitigadoras requeridas ou a aceitação do risco observado;
- Gerar e armazenar uma base informacional que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Avaliar e divulgar os respectivos manuais internos, visando assegurar que sejam confiáveis e atendam aos requisitos de avaliação de riscos e controles;

-
- Divulgar na *homepage* institucional e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
 - Elaborar e divulgar o relatório 3.380, de gerenciamento de Risco Operacional; e
 - Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

Área de Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos respectivos planos de correção necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

Área de Compliance

- Promover a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório e com os regimentos internos;

Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

- Responsável pelo programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente”, avaliação detalhada do clientes da instituição;
- Realizar o monitoramento das operações financeiras; e
- Comunicar ao COAF as movimentações financeiras atípicas praticadas por clientes.

Todos os Integrantes da Instituição

- Cumprir as normas e as políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e dos respectivos controles executados; e
- Envidar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

8. Gerenciamento de Capital

Nas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, frente à suas metas e seus respectivos objetivos estratégicos (Resolução 3.988/11).

A área de Riscos monitora e controla a necessidade de capital via a vis aos riscos aos quais a instituição está exposta, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas internas responsáveis e aos comitês gestores, conforme alçadas pré-definidas.

Os processos executados pela área de Riscos, relacionados ao gerenciamento de capital, consistem em:

- a) Evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre;
- b) Projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados;
- c) Levantamento das fontes de capital;
- d) Projeção do capital necessário para fazer frente à exposição ao risco;
- e) Apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas;
- f) Aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados obtidos; e
- g) Controles dos limites estabelecidos.

Com isso, a instituição avalia a relação entre o capital exigido, incluindo aqueles riscos não abrangidos pelas parcelas do RWA, e o capital disponível, considerando: a carteira atual, o orçamento projetado e os impactos de cenários de estresse.

Como resultado desta análise, conclui-se que atualmente o conglomerado possui capital suficiente para suportar o crescimento planejado de sua operação à médio prazo, sem a necessidade de aportes adicionais.

Os relatórios gerenciais possibilitam à Diretoria o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, gerando informações para a tomada de decisão e insumos para o planejamento estratégico da instituição. O conglomerado tem como objetivo manter o Patrimônio de Referência (PR) em níveis suficientemente confortáveis para cobrir os riscos considerados tanto nos ativos ponderados pelo risco (RWA), como na parcela RBAN.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo Capital Principal, que, por sua vez, é constituído pelos seguintes instrumentos:

Capital Principal

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos elegíveis a compor o Capital Complementar, nem o Nível II do PR. Na apuração do Patrimônio de Referência, não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destaca-se a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação financeira, impedindo assim sua transferência para o Banco Original do Agronegócio S.A.

Não obstante, as duas instituições apresentam individualmente um Patrimônio de Referência (PR) acima dos requerimentos mínimos de capital, apurado com base no montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). Ou seja, observa-se uma folga no índice de Basileia do conglomerado, segundo os moldes da regulamentação aplicada à esta instituição.

Análise Quantitativa

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O **RWAcpad** (Circular 3.644/13) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O **RWAopad** (Circular 3.640/13) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

RWAjur: Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

- **RWAjur1** (Circular 3.634/13): taxa de juros pré-fixadas em reais;
- **RWAjur2** (Circular 3.635/13): cupom de moedas estrangeiras;
- **RWAjur3** (Circular 3.636/13): cupom de inflação; e
- **RWAjur4** (Circular 3.637/13): cupom de juros.

RWAacs (Circular 3.638/13): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas **RWAcom** e **RWacam** são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente:

- **RWAcom** (Circular 3.639/13): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.
- **RWacam** (Circular 3.641/13): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Prudencial Original².

² O envio de informações sobre a alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF) foi descontinuado pelo Banco Central, conforme redação dada pela Circular 3.686/13 que altera a Circular 3.398/08.

Alocação de Capital - Basileia					
(R\$ mil)	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015	2º T / 2015
A) Patrimônio de Referência (PR)	2.069.922	1.792.771	1.956.339	1.980.901	1.987.285
PR Nível I	2.069.922	1.792.771	1.956.339	1.980.901	1.987.285
Capital Principal (CP)	2.069.922	1.792.771	1.956.339	1.980.901	1.987.285
Capital Social + Resultado + Reservas	2.183.416	2.201.544	2.173.967	2.167.172	2.138.391
Ajustes Prudenciais	(113.494)	(408.772)	(217.628)	(186.271)	(151.106)
Capital Complementar (CC)	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao CC	-	-	-	-	-
PR Nível II	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	-	-	-	-	-
Deduções Nível II	-	-	-	-	-
B) Ativos Ponderados por Risco (RWA*F)	864.422	702.946	750.355	716.884	625.997
Valor da Parcela RWA _{CAM}	4.764	69.484	15.584	1.893	24.424
Valor da Parcela RWA _{JUR1}	200.993	15.478	18.797	27.213	44.427
Valor da Parcela RWA _{JUR2}	9.656	7.180	7.126	9.965	3.770
Valor da Parcela RWA _{JUR3}	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{JUR4}	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{COM}	-	-	-	385	310
Valor da Parcela RWA _{ACS}	8.662	9.236	10.741	14.428	13.854
Valor da Parcela RWA _{CPAD}	585.919	547.142	643.569	608.461	484.405
Valor da Parcela RWA _{OPAD}	54.427	54.427	54.538	54.538	54.807
Valor da Parcela R _{BAN}	31.822	17.226	56.661	14.752	30.328
C) Margem (PR - (RWA*F) - R_{BAN})	1.173.678	1.072.600	1.149.323	1.249.266	1.330.961
Índice de Capital Principal (ICP)	23,65%	25,18%	28,68%	30,40%	34,92%
Índice de Nível I (IN1)	23,65%	25,18%	28,68%	30,40%	34,92%
Índice de Basileia (IB)	23,65%	25,18%	28,68%	30,40%	34,92%

Tendo em vista a concretização dos projetos relacionados ao lançamento da carteira de varejo na plataforma digital, os valores referentes ao investimento para tal deixaram de constituir ajustes prudenciais, com efeito no aumento do Patrimônio de Referência. Adicionalmente houve a redução de R\$ 15 milhões nas contas de avaliação patrimonial e resultado acumulado em relação ao trimestre anterior, o Patrimônio de Referência (PR) elevou em aproximadamente R\$ 280 milhões.

Em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA), o aumento do capital alocado na parcela de risco de crédito (RWACPAD) deve-se ao crescimento da carteira de crédito e do ativo permanente devido ao ajuste contábil exposto acima. Já a elevação da parcela de risco de mercado deve-se à estratégia de posicionamento da Tesouraria no mercado de juros.

Como resultado dos eventos acima, no segundo trimestre de 2016 o Índice da Basileia do Conglomerado Prudencial Original evoluiu de 25,18% para 23,65%.

Nas seções de anexos há a visão analítica do Índice de Basileia e da Razão de Alavancagem (RA), Circular 3.748/15, que mede a relação entre a base de capital e exposição ao risco de crédito. No segundo trimestre de 2016 a RA evoluiu de 26,9% para 27,3%.

9. Anexo I

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR			Junho / 16	
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	2.240.689		
2	Reservas de lucros	(55.995)		
3	Outras receitas e outras reservas	(1.279)		
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	1.213		
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.184.629		
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros			
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura			
9	Ativos intangíveis	35.401	19.412	
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	83.163	55.442	
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.			
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB			
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
20	Mortgage servicing rights			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal			
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização			
26	Ajustes regulatórios nacionais	(3.857)		
26.a	Ativos permanentes diferidos			
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos			
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado			
26.d	Aumento de capital social não autorizado			
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal			
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital			
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	6.282		
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente			
26.i	Destaque do PR			
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	2.425		
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções			
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	114.707		
29	Capital Principal	2.069.922		

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar		
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
41	Ajustes regulatórios nacionais		
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012		
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar		
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar		
44	Capital Complementar		
45	Nível I	2.069.922	
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB		
51	Nível II antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
56	Ajustes regulatórios nacionais		
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros emitidos até 31 de dezembro de 2012		
56.b	Participação de não controladores no Nível II		
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios		
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II		
58	Nível II		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	2.069.922	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	8.753.638	

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	23,65	
62	Índice de Nível I (IN1)	23,65	
63	Índice de Basileia (IB)	23,65	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50	
65	do qual: adicional para conservação de capital	-	
66	do qual: adicional contracíclico	-	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	19,15	
Número da linha	Mínimos Nacionais	%	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,50	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	10,50	
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
74	Mortgage servicing rights		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	81.756	
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)	
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite		

10. Anexo II

	<i>Item</i>	<i>jun-16</i>	<i>mar-16</i>
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	7.407.071	6.775.797
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil.	924	-541
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-	-
4	Ajuste relativo aos valores de referências ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos.	8.732	36.796
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	-49.891	-20.697
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	264.901	270.354
7	Outros ajustes	-47.818	-394.436
8	Exposição Total	7.583.919	6.667.272

Em milhares

<i>Item</i>	<i>jun-16</i>	<i>mar-16</i>
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1 Itens Patrimoniais	6.363.298	6.001.268
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-116.801	-419.004
3 Total das exposições contabilizadas no BP	6.246.497	5.582.263
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4 Valor de reposição em operações com derivativos.	174.812	216.549
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	8.732	36.796
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual	-	-
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	183.545	253.345
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	938.868	582.007
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-50.001	-20.699
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	110	2
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	888.977	561.310
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	454.981	363.330
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-190.080	-92.976
19 Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	264.901	270.354
Capital e Exposição Total		
20 Nível I	2.069.922	1.792.771
21 Exposição Total	7.583.919	6.667.272
Razão de Alavancagem (RA)		
22 Razão de Alavancagem de Basileia III.	27,3%	26,9%

Em milhares